



A contemporaneidade do conceito de fantasmagoria para a análise das metrópoles brasileiras

Ramon Spironello do Nascimento ¹

Destaques

- Relação entre o conceito de “fetichismo da mercadoria”, de Karl Marx, e “fantasmagoria”, de Walter Benjamin.
- Contemporaneidade do conceito de fantasmagoria e suas diversas interpretações e contextos.
- Valorização do espaço urbano nas metrópoles capitalistas através de suas fantasmagorias.
- Agentes (re)produtores do espaço urbano e seus impactos nas formas materiais.
- Pressupostos teóricos na relação entre as metrópoles brasileiras e fantasmagorias.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a contemporaneidade do conceito de fantasmagoria, cunhado por Walter Benjamin, para a compreensão do processo de valorização do espaço urbano no contexto metropolitano brasileiro. Em um primeiro momento, se faz necessária a retomada do embasamento teórico que deu suporte a este conceito: a análise feita por Karl Marx sobre o “fetichismo da mercadoria”. A partir desta concepção é realizado um levantamento ao longo das obras em que o conceito de fantasmagoria aparece, identificando o contexto em que foram produzidas, a ampliação de seus significados e as aplicações ao longo da história em diferentes contextos e recortes espaciais. Em um segundo momento, esse conceito é trazido à luz da contemporaneidade no que diz respeito a análises sobre os processos de valorização do espaço urbano no capitalismo. Os agentes (re)produtores do espaço urbano são identificados, trazendo as implicações subjetivas no cotidiano dos cidadãos e nas formas materiais concretas presentes na valorização do espaço metropolitano. Por fim, tenta-se identificar o “estado da arte” que se encontra este conceito na literatura brasileira relacionando os pressupostos teóricos-metodológicos de Walter Benjamin e as metrópoles presentes no Brasil.

Palavras-chave: Fetichismo da mercadoria; fantasmagoria; reprodução e valorização do espaço urbano; Walter Benjamin; metrópoles brasileiras.

¹ Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro-SP.

Este artigo foi selecionado entre os mais bem avaliados do V Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (VCBOE), realizado entre os dias 06, 07, 08 e 09 de maio de 2025, na UNESP Rio Claro. Todos os artigos do evento foram revisados por pares no modelo simples anônimo e, os selecionados para esta publicação, foram submetidos a revisão editorial.



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons.

THE CONTEMPORARY RELEVANCE OF THE CONCEPT OF PHANTASMAGORIA FOR ANALYZING BRAZILIAN METROPOLISES

Abstract: This study aims to analyze the contemporary relevance of the concept of phantasmagoria, coined by Walter Benjamin, for understanding the process of urban space valorization in the Brazilian metropolitan context. Initially, it is necessary to revisit the theoretical foundation supporting this concept: Karl Marx's analysis of "commodity fetishism." Based on this framework, a survey is conducted of the works in which the concept of phantasmagoria appears, identifying the context of their production, the expansion of its meanings, and its applications throughout history in different contexts and spatial scales. Subsequently, the concept is brought into contemporary discussions regarding analyses of urban space valorization processes under capitalism. The agents involved in the (re)production of urban space are identified, highlighting the subjective implications on citizens' daily lives and the concrete material forms present in the valorization of metropolitan space. Finally, an attempt is made to identify the "state of the art" of this concept in Brazilian literature, linking Walter Benjamin's theoretical-methodological assumptions to the realities of Brazilian metropolises.

Keywords: commodity fetishism, fantasmagoria; reproduction and valorization of urban space; Walter Benjamin; brazilian metropolises

LA CONTEMPORANEIDAD DEL CONCEPTO DE FANTASMAGORÍA PARA EL ANÁLISIS DE LAS METRÓPOLIS BRASILEÑAS

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar la contemporaneidad del concepto de fantasmagoría, acuñado por Walter Benjamin, para la comprensión del proceso de valorización del espacio urbano en el contexto metropolitano brasileño. En un primer momento, se hace necesario retomar el fundamento teórico que sustentó este concepto: el análisis realizado por Karl Marx sobre el "fetichismo de la mercancía". A partir de esta concepción, se realiza un recorrido por las obras en las que aparece el concepto de fantasmagoría, identificando el contexto en que fueron producidas, la ampliación de sus significados y las aplicaciones a lo largo de la historia en diferentes contextos y recortes espaciales. En un segundo momento, este concepto es traído a la luz de la contemporaneidad en lo que se refiere a análisis sobre los procesos de valorización del espacio urbano en el capitalismo. Se identifican los agentes (re)productores del espacio urbano, destacando las implicaciones subjetivas en la vida cotidiana de los ciudadanos y en las formas materiales concretas presentes en la valorización del espacio metropolitano. Finalmente, se intenta identificar el "estado del arte" de este concepto en la literatura brasileña, relacionando los presupuestos teórico-metodológicos de Walter Benjamin con las metrópolis presentes en Brasil.

Palabras clave ou Mot-clé: fetichismo de la mercancía; fantasmagoria; reproducción y valorización del espacio urbano; Walter Benjamin; metrópolis brasileñas.

INTRODUÇÃO

O conceito de fetichismo elaborado por Marx (2013) se materializa quando as relações sociais de trabalho são induzidas à matriz mágica de suas próprias relações de produção. Exalta-se assim o simbolismo das coisas que são

transformadas em mercadoria e, quando assim transformadas, assumem características forjadas pelo capital como naturais e imutáveis.

Segundo Spinola (2019), o conceito de fantasmagoria é uma ampliação do conceito de fetichismo da mercadoria (Marx, 2013). Segundo ela, Benjamin em “Passagens” (2009), amplia esse conceito ao utilizar a expressão “fantasmagoria” como fio condutor no processo de constituição da modernidade. Esse tempo do capital se constrói através das imagens produzidas pelo avanço das forças produtivas e assim elas se tornam representação do mundo moderno, idealizado.

Para Dutra (2016), Benjamin em sua obra “Passagens” (2009), avança no conceito de fetichismo de mercadoria à medida em que lhe atribui tanto o aspecto subjetivo, que seria o próprio fetiche, quanto no seu aspecto material, denominado pelo autor como alegoria. A soma do caráter subjetivo da mercadoria e da sua materialidade, é o que Benjamin conceitua como fantasmagoria.

Querido (2013), traz a importância desse conceito para a análise da metrópole. Segundo ele, é pelo caráter intrínseco da metrópole de reproduzir em seu espaço as contradições da sociedade capitalista ela reproduz a cultura da modernidade, que visa nada mais que a reprodução de capital e a geração de valor.

A metrópole se transforma na grande fantasmagoria da modernidade através de imagens dialéticas e alegóricas reproduzidas pelo capital (Godoy, 2019). Esse processo dá à luz ao que Debord (1997) denomina de sociedade do espetáculo. De acordo com Seabra (2011), são essas características inerentes a metrópole moderna que proporcionam o processo de valorização capitalista do espaço.

É a luz desse referencial teórico em que são investigados os trabalhos realizados no Brasil que tratam sobre essa temática, no que tange o referencial teórico-metodológico de Walter Benjamin para analisar as metrópoles brasileiras e identificar o seu “estado da arte”.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da presente pesquisa estão divididos em três momentos: o primeiro é um levantamento bibliográfico e seleção de obras de referência acerca da correlação entre os conceitos de fetichismo da mercadoria, elaborado por Karl Marx e fantasmagoria,

elaborado por Walter Benjamin. Em um segundo momento é realizada uma seleção bibliográfica acerca da compreensão sobre o processo de reprodução e valorização do espaço, dando enfoque nos autores que trabalham com a temática metropolitana no Brasil. Por fim, como forma de identificar o “estado da arte” no cenário científico brasileiro, é realizada uma busca no Google Acadêmico, em bibliotecas digitais de universidades públicas e no Periódico Capes acerca da temática fantasmagoria e sua interrelação para a análise das consideradas metrópoles brasileiras de acordo com o IBGE (2018).

DESENVOLVIMENTO

I - “Fetichismo da mercadoria” e “Fantasmagoria”

O primeiro registro que se tem do uso do termo “fetichismo” em uma obra, de acordo com Silva (2013), foi na obra “Do Culto dos Deuses Fetiches ou Paralelo da Antiga Religião do Egito com a Religião Atual da Negritia”, escrito em 1756 por Charles de Brosses. Com influências do darwinismo social e do positivismo, ele cunhou esse termo ao analisar as sociedades africanas a partir de relatos e pontos de vistas de navegadores europeus, tendo uma visão pejorativa das religiões e cultos dessa região da África.

A primeira vez que o conceito de fetichismo apareceu em um escrito de Karl Marx, segundo Fleck (2012), foi no jornal no qual ele era o editor, denominado “*Rheinische Zeitung*” em 1842, na Alemanha. No entanto, Marx subverte o sentido empregado pela primeira vez por Brosses e o aplica em uma interpretação a partir do olhar do indígena ao se deparar com a confusa a cobiça do ouro pelos europeus em territórios da América.

Em 1844 esse termo volta a aparecer na obra “Manuscritos Parisienses”, porém sem um significado amplo e de maior destaque, conforme explica Fleck (2012). É somente em 1858 em “*Gundrisse*” que Marx atrela o significado de confusão da consciência ao conceito de fetichismo. Já em 1859 em “Para a Crítica da Economia Política”, Marx engendra esse conceito como propriedade intrínseca ao modo de produção capitalista. Mas é somente em sua obra “O Capital”, escrita

em 1867, em que este conceito ganha destaque na última seção do primeiro capítulo (“O fetichismo da mercadoria e o seu segredo”).

De acordo com Fleck (2012), Silva (2013) e Quiozini (2015), Marx considera a mercadoria como forma dominante no capitalismo em suas relações sociais e, por isso, começa o primeiro capítulo de “O Capital” desvendando suas relações de produção. Segundo esses autores, Marx não se restringe apenas aos aspectos econômicos que produzem a mercadoria, mas amplia sua gênese e seus efeitos para a subjetividade e sociabilidade de produção. Finaliza o primeiro capítulo com a seção “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” demonstrando que é através dos mecanismos de produção que a mercadoria ganha vida própria, transformando os seres humanos meras forças de trabalho a reproduzi-las ao sabor do capital.

Além da força de trabalho, Fleck (2012), analisa que a mercadoria necessita de mais duas características para se reproduzir. A primeira é a quantidade de tempo que cada mercadoria leva para ser produzida. Porém, cada mercadoria precisa de um certo tempo para ser produzida e que não é igual a outra. No entanto, o tempo de produção médio das mercadorias se torna uma produção, ao comparar produções diferentes, com atributos diferentes, com tempos diferentes e dá-las um preço intercambiável.

A segunda natureza da mercadoria apontada por Fleck (2012) em Marx (2013), são as diversas formas de trabalhos privados, que são diferentes entre si, mas que se encontram e se equiparam em valor a partir de distintas relações de trabalho social global.

É desta forma que as mercadorias tomam valores abstratos que não correspondem a sua gênese produtiva. Neste sentido, a mercadoria se transforma em um hieróglifo social que camufla e confunde as relações sociais de produção, tornando-as intercambiáveis entre si, independente das suas formas produtivas, e são colocadas como características naturais de algo produzido socialmente (Marx, 2013).

A mercadoria é produzida por forças de trabalho diferentes, tempos desiguais e trabalhos privados distintos. No entanto, essas desigualdades produtivas se tornam abstratas devido ao valor de troca que as mercadorias

assumem no processo de circulação. Neste sentido, o dinheiro assume a forma valor concreta de um trabalho humano abstrato. Já não é mais o ser humano, detentor da força da produtiva, que determina o valor da mercadoria, mas ela que determina o valor de sua força de trabalho ao circular pelo mercado (Marx, 2013).

Esse caráter fetichista da mercadoria no qual ela assume uma vida própria perante os seus criadores e os transforma em meras coisas é o que Marx (2013) denomina de reificação. Posteriormente Lukács irá desenvolver melhor esse conceito e ampliar suas possibilidades de interpretação em sua obra “História e Consciência de Classe” em 1923.

Porém, Marx, a partir do exposto na seção 1 ao analisar o processo de produção da mercadoria n’O Capital, cita em uma passagem d’O Capital (2013) a forma fantasmagórica:

Já a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (Marx, 2013, p. 122).

É a partir dessa expressão “forma fantasmagórica” que Walter Benjamin se inspira para criar o conceito de “fantasmagoria”. Esse termo aparece pela primeira vez, segundo Zamora (1999), na primeira exposé de 1935, com o significado de imagem do desejo criada pela consciência coletiva a partir do contato com a mercadoria. No entanto, Theodor Adorno, em cartas trocadas com Benjamin, aponta o erro conceitual nessa primeira concepção de fantasmagoria. Para Adorno, essa primeira definição de Benjamin não se diferencia em nada do conceito já elaborado por Marx sobre o caráter fetichista da mercadoria.

Ambos eram filósofos que faziam parte da Escola de Frankfurt, criada em 1923. Essa corrente filosófica tinha como pressupostos teóricos a filosofia marxista. No entanto, avançavam seus estudos no que se referia a construção posterior do termo indústria cultural, visto como uma crítica a cultura capitalista por meio das formas reprodução econômica e social (Kichner, 2007).

É no avanço desses estudos da escola frankfurtiana, do qual Benjamin fazia parte, que em 1939 ele lança sua segunda exposé, reelaborando o conceito de fantasmagoria a partir da crítica concebida de Adorno. Neste segundo momento, a fantasmagoria aparece não apenas como imagem falsa criada no consciente coletivo a partir do contato do consumidor com a mercadoria, mas também como falso objeto de desejo, como imitação, na esteira da reproduzibilidade técnica do capital (Benjamin, 2009).

Benjamin utiliza a literatura do poeta Charles Baudelaire para fazer uma análise crítica do espaço urbano parisiense do final do século XIX. O flâneur, figura típica de Paris nesse período, é um personagem recorrente nos poemas de Baudelaire. Ele percorria as ruas de Paris descrevendo de forma crítica o que via e sentia perante a miséria humana frente ao espetáculo de uma cidade que mudava a todo instante e era permeada de mercadorias vendidas em vitrines. É a partir desta figura, que Benjamin realiza toda a sua crítica em relação as características que constituem a modernidade (Ferraz, 2005).

Outro recurso utilizado por Benjamin para construir a sua crítica a modernidade em “Passagens” são as reformas urbanas realizadas em Paris durante o século XIX pelo barão e prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann. Indicado por Napoleão III na época em que este governava a França, ele era conhecido como arquiteto da destruição, pois derrubou casas e vielas, construídas ainda ao final da Idade Média. No lugar construiu largas ruas e avenidas, equipamentos urbanos, saneamento básico e iluminação pública, baseando-se no que já havia ocorrido em Londres anos antes. Dessa forma, transformou Paris como modelo de cidade planejada para a modernidade, para a circulação de mercadorias (Freitas, 2014).

É no bojo dessa discussão conceitual entre fetichismo da mercadoria e fantasmagoria que muitos autores buscam compreender suas interrelações e importância para compreender fenômenos da contemporaneidade. Neste sentido, no âmbito da geografia e sociologia destacam-se Ferraz (2005), Castro (2012), Querido (2013), Freitas (2014), Santos (2016), Dutra (2016), e Godoy (2019).

Ferraz (2005) concebe a fantasmagoria como conceito central na teoria da modernidade de Benjamin, o que ele denomina de “leitura de mundo”. Dutra (2016), reflete que a mercadoria assume dois níveis interpretativos: o primeiro ligado ao fetiche da mercadoria ao mascarar as suas formas de produção e um segundo mais externo ao ser exposta para a circulação e consumo como alegoria. Querido (2013), traz as influências e conceitos que, segundo ele, construíram o termo fantasmagoria para Benjamin. Dentre eles destaca-se além do fetichismo da mercadoria, a alienação do trabalhador pela mercadoria e a reificação por transformar o trabalhador em coisa que produz mercadoria. Godoy (2019), avança nessa análise ao trazer o caráter fetichista da fantasmagoria ao identificar que as coisas tomam o lugar das relações sociais. O que importa não é mais quem produziu e como produziu e sim o que foi produzido e como será consumido.

Santos (2016), vai ao encontro dessa análise ao afirmar que a mercadoria se torna uma imagem falsa da realidade, trazendo impactos subjetivos na vida do consumidor a partir da sua exposição. Nesse sentido, Freitas (2014), analisa que a dimensão alegórica da mercadoria é a sua dimensão material e sensível exposta na vitrine, pronta para ser consumida e preencher o vazio do homem moderno, como promessa ou como desejo. Castro (2012) faz uma relação entre as exposições das mercadorias e o seu consumo cada vez mais “espetacularizado” produzindo uma “sociedade do espetáculo” no qual, segundo ele, é condicionada pela própria mercadoria ao ditar os comportamentos sociais. Esse processo é mais bem analisado na obra de Debord (1987).

Com a ênfase de Marx (2013) e Benjamin (2009) na mercadoria como fio condutor para compreender a modernidade, Toshio (2017), ao interpretar esses autores, salienta que é no processo de produção da mercadoria que o valor é gerado, por meio da extração da mais-valia. É essa forma valor e seu processo de valorização que sustentará os alicerces do capitalismo, ditando, inclusive, o modo de vida na modernidade como garantia de reprodução social e econômica.

II - “Fantasmagoria e metrópole”

As mercadorias não se efetivam apenas na etapa da produção. Para que elas cheguem ao consumidor é necessário a etapa da circulação. É no cerne desta

etapa que a análise espacial da circulação das mercadorias ganha destaque, conforme destacam Moraes e Costa (1987). O espaço geográfico não é valorizado apenas no processo de circulação das mercadorias, pois ele mesmo se transforma em mercadoria por meio da propriedade privada da terra sob a égide do modo de produção capitalista, como destacam Lefebvre (2004) e Carlos (2008).

Como aponta Seabra (1988), o espaço geográfico constitui-se condição geral de produção e, ao mesmo tempo, força produtiva, pois existe como matéria-prima e torna-se mercadoria. Torna-se imprescindível a importância do espaço geográfico para a reprodução do capital e das suas relações sociais que sustentam o processo de valorização no espaço geográfico.

Harvey (2005) destaca o caráter dialético da valorização do espaço, pois ao mesmo tempo que o trabalho incrustado ao solo gera valor e atributos específicos, ele mesmo pode dificultar o processo de circulação das mercadorias. Quanto mais trabalho materializado em forma de atributos ao solo, mais difícil se torna o processo de circulação das mercadorias. É no seio da metrópole capitalista, espaço de acumulação do capital, que essa contradição se amplifica, como destacam Moraes e Costa (1987).

A concentração dos meios de produção e de força de trabalho, apontam, por sua vez, na direção de uma intensificação da relação sociedade-espacó. Ao lado da ampliação dos espaços incorporados ao processo produtivo e à circulação - cada vez mais em escala mundial - a realidade urbano-industrial impõe-se fortemente como o traço caracterizador do novo espaço social em construção. Síntese concreta dessa inexorável tendência à concentração, as cidades capitalistas e, em particular o seu desenvolvimento metropolitano, reestabelecem, sob forma qualitativamente diferente, os espaços de produção e de vivência (Moraes; Costa, 1987, p. 90).

Seabra (1988), Carlos (1987) e Godoy (2019) salientam que é na dimensão espacial do lugar que essas contradições do processo de valorização do espaço se materializam no contexto metropolitano. Para dar conta dessa análise, os autores afirmam que é preciso contextualizar o lugar no cenário dentro da metrópole em que está inserido e analisar criticamente como as formas espaciais foram materializadas no recorte espacial.

Kirchner (2007), Kang (2009) e Gaeta (2014) ao se debruçarem sobre a obra “Passagens” de Benjamin e analisarem as metrópoles contemporâneas no Brasil e no mundo, são unânimes em dizer que essas formas materializadas no lugar, no seio da metrópole, são formas fantasmagóricas. Kirchner (2007) denomina a obra “Passagens” como “o grande portfólio das cidades modernas” no qual, através de um olhar minucioso e crítico, a leitura das paisagens urbanas e suas formas espaciais desvela relações sociais de produção ocultadas pelo aspecto espetacular das suas formas concretas (Debord, 1997).

Kang (2009) corrobora essa análise ao identificar, em diversos lugares da metrópole, formas fantasmagóricas que ele considera serem expressões da cultura capitalista. Vale ressaltar que, para Benjamin e outros autores frankfurtianos, a cultura capitalista se baseia na reproduibilidade técnica, tornando inclusive a mercadoria uma imitação, algo não real, e por isso não autêntico.

Gaeta (2014), a partir de uma análise benjaminiana, identifica a metrópole moderna com diversos adjetivos, dentre eles destaca-se como “espetáculo para o capital”. Ademais, o autor avança na análise ao identificar quais são os principais agentes que sustentam a reprodução do espaço urbano metropolitano para o processo de valorização: O Estado e o mercado imobiliário.

Carlos (1987), Lefebvre (2004), Harvey (2005) e Seabra (2011) são taxativos em apontar a esfera estatal e o mercado imobiliário como principais agentes reprodutores do espaço urbano. As intervenções urbanísticas, de acordo com Lefebvre (2004), são os mecanismos legais que o capital encontra para valorizar o espaço urbano de acordo com suas necessidades de reprodução. Seabra (2011), aponta que esse processo de reprodução do espaço urbano ocorre por meio da dialética da destruição e reconstrução de formas que atendam as demandas do capital. Harvey (2005) identifica nesse processo a contradição do espaço metropolitano, no qual muita das vezes a concentração de trabalho fixo ao solo dificulta a circulação do capital, proporcionando o discurso da “arquitetura da destruição”.

Carlos (1987) revela a convergência de interesses entre o Estado, com destaque para a esfera municipal de atuação, e o mercado imobiliário, fração do

capital especializado na comercialização da terra urbana. Muitas das vezes, são os mesmos indivíduos que representam os dois agentes ou pertencem a mesma corporação.

De acordo com Dutra (2016), esse processo de reprodução do espaço urbano, por meio da atuação do Estado e do mercado imobiliário para a valorização do capital, já foi identificado por Benjamin ao analisar a Paris do final do século XIX. Santos (2006) salienta a importância do método de análise de Benjamin ao identificar as formas fantasmagóricas, e através deste método, expandir o horizonte para uma crítica da metrópole moderna

III - “Fantasmagoria nas metrópoles brasileiras”

São raros os trabalhos na geografia e sociologia brasileira que analisam o recorte espacial metropolitano à luz da perspectiva teórica de Walter Benjamin. O primeiro registro que se tem de uma obra literária é “A Alma Encantadora das Ruas” de João do Rio, publicado pela primeira vez em 1908, reunindo textos que já haviam saído na “Gazeta de Notícias” e na revista “Kosmos”. Ele retrata, através de crônicas, a miséria da população humana carioca menos desfavorecida frente as mudanças urbanas que ocorriam na então capital do Brasil. Percebe-se em seu texto uma mesma metodologia analítica utilizada por Benjamin, pois ao “flanar” pelas ruas em transformação do Rio de Janeiro, João do Rio busca a compreensão do processo de modernização, não somente em relação as reformas urbanas físicas, mas seus impactos subjetivos na vida da população carioca.

Como contraponto histórico, Filho (2013), analisa o Rio de Janeiro do início do século XXI, no qual a metrópole já perdeu sua importância política e econômica do cenário nacional. No entanto, ela ainda se destaca como objeto de desejo devido ao seu aspecto “geocultural”. O autor identifica a criação de imagens na cidade que privilegia alguns espaços em detrimento de outros. A articulação entre os discursos do poder público, agentes e instituições do capital na sua fase neoliberal e até mesmo acadêmicos e arquitetos, cria imagens da cidade a serem vendidas para o mundo. Valoriza-se e reproduz o espaço urbano de acordo com as necessidades do capital em se reproduzir.

Partindo do mesmo referencial teórico, Cardoso (2022) analisa a governança metropolitana no Brasil através de sua maior metrópole: São Paulo. Para tanto, o autor parte da criação do Estatuto das Cidades em 2001 e o Estatuto da Metrópole em 2015 para criticar a reprodução dos espaços metropolitanos no Brasil. Chega à conclusão que se trata apenas de uma governança fantasmagórica, como diz no próprio título de sua tese. Para ele, a criação desses estatutos nada mais é que uma forma fetichizada de se criar um discurso do direito à cidade, onde na verdade o que se vê é uma reprodução de espaços metropolitanos frente às vontades do capital em gerar valor por meio da reprodução do espaço urbano.

A capital de Goiás é uma das metrópoles brasileiras na qual encontra-se mais estudos geográficos à luz desse referencial teórico. Soares (2022) afirma que desde a sua gênese em 1933, Goiânia tinha como papel criar uma imagem da modernização do interior do Brasil. Pereira (2023) vai no mesmo sentido da análise, ao identificar, desde o projeto urbanístico original de Goiânia, perpassando até as propostas atuais de intervenção urbana, germes que nos remetem a preocupação com a circulação do capital no tecido da cidade. Influências essas que se fundamentam nas reformas urbanas de Paris do século XIX, então criticadas por Benjamin.

O mesmo processo se desvela quando Nascimento (2023), ao analisar os projetos urbanísticos que deram visibilidade a Curitiba - PR, tornaram-na símbolo e modelo de planejamento urbano no Brasil e no mundo. Implementado a partir da década de 1960, o planejamento de Curitiba ocorreu baseado nas premissas da viabilização da circulação para o capital no contexto em que as capitais regionais recebiam um contingente populacional muito grande devido ao êxodo rural. No entanto, apenas alguns espaços privilegiados da capital paranaense são contemplados com esse chamado “planejamento”. Cria-se, a partir desses fragmentos de lugares da metrópole, toda uma imagem fantasmagórica que vende a cidade como uma grande mercadoria moderna.

Resende (2014) analisa a primeira capital brasileira planejada: Belo Horizonte. Construída e inaugurada em 1885 para ser símbolo de modernidade brasileira, a “nova capital mineira” também bebeu do modelo urbanístico ditado por Haussmann na Paris do século XIX. Suas ruas construídas em formato de

“xadrez” revelam a preocupação com a circulação. O autor revela ainda a preocupação com a criação de uma imagem cultural para a cidade por meio da construção de monumentos, museus e aparatos culturais. O objetivo do Estado e dos agentes do capital não era só criar uma cidade moderna, mas transformar sua população em cidadãos modernos ávidos pelo consumo, que reproduzissem o espaço urbano e, consequentemente, valorizassem o espaço urbano.

Filho (2007), também lança mão de uma análise da intervenção de projetos urbanos na metrópole de Fortaleza, Ceará, a partir da crítica urbanística de Walter Benjamin. O autor denomina de urbanismo de mercado e até mesmo de fantasmagoria da cidade contemporânea, essas intervenções que servem para criar uma imagem da cidade e vende-la no mercado nacional. O objetivo, segundo ele, é atrair turistas que consumam espaços criados, e por isso fantasmagóricos, da cidade. O Estado também atua na reprodução e valorização desses espaços à medida que concentra toda infraestrutura por meio dessas intervenções em alguns espaços seletos da metrópole e busca investidores nacionais ou estrangeiros que comprem e reproduzam o espaço urbano, tornando-o fragmentado.

Pinho e Amin (2023) se propõem a identificar o impacto subjetivo na construção da infância de crianças que “flanam” pela avenida Braz de Aguiar e suas vitrines de roupas infantis do bairro abastado de Nazaré, na cidade de Belém, Pará. Partindo dos pressupostos metodológicos de Walter Benjamin ao analisar as passagens parisienses do século XIX, os autores identificam a criação de uma imagem de infância a partir do espetáculo da exposição das mercadorias que se transformam em fantasmagorias e modelam os pensamentos infantis, tornando-os sujeitos da modernidade.

Recife também é uma das metrópoles brasileiras que mais apresentam estudos diante da perspectiva benjaminiana. Melo (2003) traz a questão do transporte coletivo sua relação com o tempo de deslocamento, identificando a dicotomia entre o ato de flanar pela cidade, restrito aos turistas e a interdição do direito à cidade por parte de seus moradores. O discurso modernizante que permeou a cidade do Recife ao longo do século XX, através de diversas intervenções urbanísticas realizadas, são objetos de estudo para Nascimento

(2016) e Trindade (2022). Ambos partiram da literatura de artistas locais como Mário Sette, Osman Lins e Cícero Dias, para compreender a modernização da capital pernambucana. Eles relatam a desilusão por parte dos seus cidadãos perante seus contatos com as formas fantasmagóricas criadas que geram um processo de estranhamento. Essas formas fantasmagóricas ganham proporções na Recife do início do século XXI, como destaca Motta (2018). A estética da reentrância, característica dos grandes edifícios da orla marítima do Recife, no bairro de Boa Viagem, se contradizem com o tecido urbano da metrópole, gerando uma segregação socioespacial.

Manaus é analisada a partir da obra literária “Relato de um certo oriente” de Milton Hatoum, por Marques (2011). A autora aproxima figuras relatas nessa obra com o personagem do flâneur, presente nas obras de Baudelaire. Imagens são criadas a partir destes relatos que emergem da capital do Amazonas e se tornam seus símbolos imagéticos. Ainda que sejam criadas discursivamente como imagens plurais, os rios, a floresta, as palafitas, os sobrados e o teatro; o que se vê é a marginalização da metrópole amazônica, com um sentido pejorativo em relação a modernidade quando comparada a São Paulo.

Brasília também é analisada por Nor (2010) através do texto “Espelhos” de Walter Benjamin e da crônica “Brasília” de Clarisse Lispector. O autor identifica nos textos de Lispector descrições com influências ao modelo de Benjamin sobre Paris. Com isso, ele faz uma análise comparativa entre os dois textos, identificando pontos comum para teorizar sobre a cidade moderna, suas fantasmagorias e o caráter ilusório do urbanismo.

A perspectiva analítica benjaminiana não se restringe apenas as consideradas metrópoles brasileiras pelo IBGE (2018), mas também se torna recorte espacial de estudo geográfico de cidades de porte médio do interior paulista, como Rio Claro, por Carneiro (2013), e Piracicaba, por Pacano (2018). Mesmo que não seja objeto de estudo deste artigo, já que ele visa analisar apenas as metrópoles brasileiras a partir dos pressupostos teóricos filosóficos expostos, mostra a abrangência e importância deste referencial para estudos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto, identifica-se a contemporaneidade da obra de “Passagens”, de Walter Benjamin, para a compreensão das metrópoles modernas brasileiras. Partindo do conceito de fetichismo da mercadoria, de Karl Marx, Benjamin amplia o olhar analítico da produção da mercadoria para seu processo de circulação. Identifica os efeitos na materialidade do espaço urbano metropolitano e na sua reprodução, mas também seus impactos subjetivos na população. Analisa a modernidade como o tempo do capital, que reproduz tudo o que toca, seja a cidade, sejam seus cidadãos. Tudo é transformado em mercadoria, ilusório, passível de ser reproduzido em qualquer tempo e espaço.

Partindo-se desta perspectiva, outros autores como Ferraz (2005), Dutra (2016) e Godoy (2019), identificam a importância de se compreender o processo de reprodução do espaço urbano para o processo de valorização do espaço. No entanto, tomaram como diferencial o referencial teórico de Walter Benjamin e de seu conceito de fantasmagoria, para compreender os processos urbanos em curso e teorizar sobre eles.

Ainda que com poucos trabalhos desenvolvidos entre artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, nota-se uma crescente utilização do referencial teórico e metodológico benjaminiano a partir dos anos 2000 para compreender os espaços urbanos e, sobretudo, as metrópoles brasileiras.

Dentre essas análises expostas destacam-se os estudos realizados em Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, por tentarem se aprofundar no aporte teórico da obra de Benjamin. A compreensão da produção do espaço urbano e espaços metropolitanos dialogam com a identificação de suas formas fantasmagóricas bem como de seus agentes reprodutores, nos mesmos moldes analisados por Benjamin sobre as intervenções urbanas de Paris.

Vale destacar também a importância metodológica de análise das metrópoles brasileiras por meio de textos literários. Iniciados por João do Rio no início do século XX, o mesmo percurso realizado por Benjamin em Baudelaire, foi tecido nos artigos sobre Brasília, Manaus e Recife.

É evidente a necessidade de mais produções acadêmicas e científicas nessa área e em outras que perpassam a geografia, o urbanismo e o direito à cidade, devido à contemporaneidade do pensamento de Walter Benjamin e sua capacidade de compreender os processos urbanos da modernidade.

REFERÊNCIAS

- BROSSES, C. **Du culte des dieux fétiches**. Paris: Fayard, 1988.
- CARDOSO, F. S. **A fantasmagórica governança metropolitana no Brasil**: reprodução do espaço e a prática teórico-ideológica do planejamento contemporâneo. 2022. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- CARNEIRO, J. G. V. **A violência no espaço urbano**: uma crítica benjaminiana. Estudo de caso da cidade de Rio Claro. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 2013.
- CASTRO, J. C. L. Fetichismo e fantasmagoria no mundo do consumo. **Alice**, v. 13, n. 25, p. 144-153, 2012. Disponível em: <https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoID=452&sid=37>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUTRA JÚNIOR, W.. BREVE LEITURA DO ESPAÇO-TEMPO NAS PASSAGENS DE WALTER BENJAMIN: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITALISMO. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 378, 2016. DOI: 10.5216/bgg.v36i2.42800. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/359>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- FILHO, J. A. F. Projeto urbano, urbanismo de mercado ou fantasmagoria da cidade contemporânea? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., Belém, 2007. **Anais** [...] ANPUR, Belém, 2007.

FILHO, J. A. F. Cultura urbanística e neoliberalismo: imagens da cidade por uma comunidade discursiva. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., Recife, 2013. **Anais** [...] ANPUR, Recife, 2013.

FLECK, A. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. **Éthic@**, v. 2, n. 1, p. 114-158, 2012. DOI: 10.5007/1677-2954.2012v1n1p141. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271163190_O_conceito_de_fetichismo_na obra_marxiana_uma_tentativa_de_interpretacao. Acesso em: 15 dez. 2025.

FREITAS, J. A alegoria moderna de Walter Benjamin: Passagens, Baudelaire e mercadoria. **Revista Investigações**, v. 27, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/471>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GAETA, A. C. As cidades de Baudelaire e Hugo na Paris moderna de Walter Benjamin. **Revista Morpheus**, ano 3, v. 5, 2014. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/download/4113/3763/21648>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GODOY, P. R. T. Metrópole e fantasmagoria. **Geografia**, v. 44, n. 2, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5016/geografia.v44i2.15115>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15115>. Acesso em: 15 dez. 2025.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HATOUM, M. **Relato de um certo oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Informação estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

KANG, J. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 84, p. 215-233, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/X5Zn9JdW8T77Spmf5QJkpcc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.

KIRCHNER, R. Trabalho Passagens de Walter Benjamin. **Viso: Cadernos de Estética Aplicada**, v. 1, n. 3, p. 33-46, 2007. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/download/68286/35591/307108>. Acesso em: 15 dez. 2025.

LEFÈBRE, R. B. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LINS, O. **Avalovara**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

LISPECTOR, C. Brasília. In: LISPECTOR, C. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUES, M. L. L. De cidades imaginárias a cidades flutuantes: imagens de Manaus em Relato de um certo oriente, de Milton Hatoum. In: XII Congresso Internacional da ABRALIC. **Anais** [...]. Curitiba, 18-22 jul. 2011.

MARX, K. **Os Despossuídos**: debate sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Gründrisse**. New York: Penguin Books; Clays Ltd., 1993.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle; Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Trad. Duayer, M.; Schneider, N. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. Trad. J. A. Giannotti; E. Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital - Livro I**: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, P. B. **Megalópole Recife**: cultura, pós-modernidade e cidadania. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF, v. 11, 2003.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTTA, E. L. Da estética da reentrância à estética da elasticidade: a arquitetura vertical residencial em Recife, 1960-2010. **Revista Projetar**, v. 3, n. 3, dez. 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n3ID16532. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16532>. Acesso em: 15 dez. 2025..

NASCIMENTO, L. D. Narrativas de um itinerário modernizante na cidade do Recife (1945-1975). **Revista Latino-Americana de História**, v. 5, n. 16, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.v5i16.675>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/675>. Acesso em: 15 dez. 2025.

NOR, G. R. Espelhos, de Walter Benjamin, e Brasília, de Clarice Lispector: a cidade e o olhar. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, nov. 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaautoritarismo/revista/dossie05/art_06.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

PACANO, F. A. **O forjar da modernidade**: Piracicaba e a Belle Époque caipira (1889-1930). 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018.

PEREIRA, P. H. M. As cidades das rasgaduras no chão: Goiânia, a asterisk city. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 8, n. 1, 2023.

PINHO, R.; AMIN, V. S. F. As verdadeiras fadas destas passagens: imagens da infância nas vitrines de uma avenida amazônica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, n. 3, p. 377-402, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v26i3.12729>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12729>. Acesso em: 15 dez. 2025.

QUERIDO, F. M. Fetichismo e fantasmagorias da modernidade capitalista: Walter Benjamin leitor de Marx. **Revista Outubro**, 2013. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-21-Artigo-08.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RESENDE, P. H. M. **Fantasmagoria na metrópole**: ensaios críticos a partir do circuito cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. 2014. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Instituto de Geociências, 2014.

SANTOS, F. R. **Fantasmagoria**: a chave para a compreensão da modernidade em Walter Benjamin. *Cadernos Walter Benjamin*, v. 12, 2016.

SEABRA, O. C. L. PENSANDO O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO E A GEOGRAFIA. **Boletim Paulista De Geografia**, (66), 97–104. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/957>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SEABRA, O. C. L. De cidade à metropole. **Geografares**, n. 9, p. 49-79, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9597272>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SETTE, M. **Um cine jornal de 1896**. Diário da Manhã, Recife, ano XIX, n. 4592, 27 out. 1946.

SOARES, R. Goiânia, fantasmagoria da metrópole moderna. **Revista Estética e Semiótica**, v. 12, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v12.n1.2022.11>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/43870>. Acesso em: 15 dez. 2025.

TOSHIO, L. C. **A lei da queda tendencial da taxa de lucro**: novas evidências e aplicações. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TRINDADE, A. C. F. O Recife de Cícero Dias, 1929-1930. **ArtCultura**, v. 24, n. 44, p. 220-242, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/artc-v24-n44-2022-66592>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/66592>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ZAMORA, J. A. El concepto de fantasmagoria: sobre una controversia entre W. Benjamin y T. W. Adorno. **Taula: Quaderns de Pensament**, n. 31-32, p. 129-151, 1999. Disponível em: https://ibdigital.uib.es/greenstone/collect/taula/index/assoc/Taula_19/99v03_1_0/32p129.dir/Taula_1999v031_032p129.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

Como citar este artigo:

NASCIMENTO, Ramon Spironello. A contemporaneidade do conceito de fantasmagoria para a análise das metrópoles brasileiras. **GEOGRAFIA**, Rio Claro-SP, v. 50, n. 1, e-19681, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5016/geografia.v50i1.19681>.

Recebido em 22 de setembro de 2025
Aceito em 01 de dezembro de 2025